

## PARECER Nº , DE 2013

Da COMISSÃO DE SERVICOS DE INFRAESTRUTURA, sobre o PLS nº 283, de 2011, do Senador Clésio Andrade, que *altera o art. 2º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, para aumentar para 4% a alíquota da compensação financeira pela exploração de minério de ferro.*

RELATOR: Senador **FLEXA RIBEIRO**

### I – RELATÓRIO

Vem para a análise desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2011, de autoria do Senador Clésio Andrade, que *altera o art. 2º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, para aumentar para 4% a alíquota da compensação financeira pela exploração de minério de ferro.*

O projeto foi despachado a esta Comissão de Serviços de Infraestrutura e depois segue para a Comissão de Assuntos Econômicos, onde será analisado em decisão terminativa.

Seu objetivo é o de elevar a alíquota da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) cobrada sobre o minério de ferro.

Não foram oferecidas emendas à proposição no prazo regimental.

### II – ANÁLISE

A CFEM, fundamentada no art. 20, § 1º, da Constituição Federal, constitui uma participação nos resultados, devida a Estados, Municípios e à União, pela exploração de recursos minerais em seus respectivos territórios. Desde sua criação, as receitas dessa compensação vêm sendo utilizadas para amenizar os inúmeros impactos ambientais e sociais negativos advindos da



SF/14202.44544-46

Página: 1/6 16/12/2014 17:08:53

fee8e28c792e86b72f7e5bd848e2bbf36070fe9a



atividade mineradora, tais como degradação de áreas, poluição de mananciais e sobrecarga da infraestrutura física e social.

A compensação foi instituída pela Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e os percentuais, por classe de substância mineral, foram definidos no art. 2º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990. Atualmente, o minério de ferro paga uma compensação de 2%, tal como a maioria das demais substâncias minerais.

Toda exploração mineral está sujeita à CFEM e a diversos tributos e uma alíquota baixa para a compensação financeira só se justifica quando as operações apresentam margem de lucro relativamente estreita ou, então, quando a concorrência internacional é muito acirrada. Essas duas condições certamente não se aplicam à exploração do minério de ferro.

Os empreendimentos de exploração de minério de ferro constituem operações de grande escala, com fortes repercussões na região explorada, e de grande rentabilidade. Faz todo sentido a nação brasileira apropriar-se de parte dos lucros para compensar os danos trazidos pela atividade e investir em um futuro melhor para as populações impactadas.

No caso do ferro, temos ainda o agravante de ver a China hoje comprando enormes volumes de minério do Brasil, a preços relativamente baixos, para depois industrializá-lo e revendê-lo sob a forma de aço, inclusive para nós, a preços muito superiores.

Como argumenta o autor do projeto em sua justificção, *a falta de interesse de nossos industriais em substituir a importação de aços por produção interna não nos deixa alternativa senão garantir, pelo menos, uma maior receita patrimonial do Estado resultante da mineração do minério de ferro.*

De fato, não há razão para manter baixa a alíquota da CFEM para esse minério, sobretudo quando exportado. Concordamos plenamente com a proposta de elevar o percentual de 2% para 4%.

Para não gerar incompatibilidade com a Lei nº 7.990, de 1989, que, no seu art. 6º, determina que a *compensação financeira pela exploração de recursos minerais, para fins de aproveitamento econômico, será de até 3% (três por cento) sobre o valor do faturamento líquido resultante da venda do*



SF/14202.44544-46

Página: 2/6 16/12/2014 17:08:53

fee8e28c792e86b72f7e5bd848e2b36070fe9a



*produto mineral*, propomos uma alteração nessa lei para elevar esse teto para 4%.

Adicionalmente, defendemos a alteração da base de cálculo da compensação. Atualmente, o art. 2º da Lei nº 8.001, de 1990, define essa base como o valor do faturamento líquido, entendido como *o total das receitas de vendas, excluídos os tributos incidentes sobre a comercialização do produto mineral, as despesas de transporte e as de seguros*.

O uso do faturamento líquido como base para a CFEM tem gerado muitas disputas judiciais, notadamente por causa do desacordo em relação ao significado de “despesas com transporte”.

Além disso, não é incomum entre as empresas mineradoras a prática de comercializar seus produtos minerais por valor abaixo do mercado, no intuito de reduzir o recolhimento da CFEM. Elas vendem ou transferem seus produtos, por um valor reduzido, para empresas juridicamente vinculadas, no país ou no exterior, e depois o produto é vendido ao consumidor final pelo preço real de mercado. Essa prática causa perdas à União, aos Estados e aos Municípios afetados pela atividade de mineração.

Por essa razão, propomos adotar como base de cálculo da CFEM o faturamento bruto, deduzindo apenas os tributos sobre a comercialização. Quando a comercialização for toda interna, não haverá como reduzir artificialmente o valor do recolhimento. Por outro lado, quando o mineral for exportado, sugerimos que a base de cálculo utilize preço de referência que reflita os preços internacionais, de modo a impedir que exportadores declarem valor de venda artificialmente baixo.

Outra alteração que julgamos importante é a introdução de um mecanismo que garanta à sociedade retorno financeiro adequado na exploração de minas altamente lucrativas. Portanto, propomos a criação de uma “participação especial” na exploração dos recursos minerais, a exemplo da já existente sobre a exploração do petróleo.

Concluindo, acreditamos que a proposição é justa e importante para amenizar os impactos negativos decorrentes da exploração do minério de ferro no Brasil. Consideramos, contudo, que ela pode ser aperfeiçoada, conforme indicado acima.



### III – VOTO

Em face do exposto, opinamos favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2011, nos termos do seguinte substitutivo.

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 283 (SUBSTITUTIVO), DE 2013

Altera dispositivos das Leis nºs 8.001, de 13 de março de 1990, e 7.990, de 28 de dezembro de 1989, para alterar a base de cálculo da Contribuição Financeira pela Exploração Mineral e aumentar para 4% a alíquota do minério de ferro; e cria a "Participação Especial" na exploração mineral.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O art. 2º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art 2º** O cálculo da compensação financeira de que trata o art. 6º da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, se baseará no faturamento bruto, deduzidos apenas os tributos sobre a comercialização.

§ 1º O percentual da compensação, de acordo com as classes de substâncias minerais, será de:

I – minério de alumínio, manganês, sal-gema e potássio: 3% (três por cento);

II – ferro: 4% (quatro por cento);

III – fertilizante, carvão e demais substâncias minerais: 2% (dois por cento), ressalvado o disposto no inciso IV deste artigo;

.....



§ 5º Quando o minério for exportado, o cálculo da compensação utilizará preço de referência a ser definido em regulamento e que refletirá os preços internacionais do produto.” (NR)

**Art. 2º** O art. 6º da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 6º** A compensação financeira pela exploração de recursos minerais, para fins de aproveitamento econômico, será de até 4% (quatro por cento) sobre o valor do produto mineral vendido, consumido ou utilizado como insumo por titulares de direitos minerários, deduzidos apenas os tributos sobre a comercialização.

.....” (NR)

**Art. 3º** Os titulares de direitos minerários ficam obrigados ao pagamento de participação especial sobre o resultado da exploração econômica de substância ou produto mineral quando houver substancial volume de extração ou de rentabilidade, nos termos a serem definidos em decreto do Presidente da República.

§ 1º A base de cálculo da participação especial de que trata este artigo será a mesma da compensação financeira pela exploração de recursos minerais prevista no art. 6º da Lei nº 7.990, de 1989.

§ 2º A distribuição da participação especial referida no caput deste artigo será feita da seguinte forma:

I - 50% (cinquenta por cento) para os Estados e o Distrito Federal;

II - 30% (trinta por cento) para os Municípios;

III - 2% (dois por cento) para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, instituído pelo Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969, e restabelecido pela Lei nº 8.172, de 18 de janeiro de 1991, destinado ao desenvolvimento científico e tecnológico do setor mineral;



SF/14202.44544-46

Página: 5/6 16/12/2014 17:08:53

fee8e28c792e86b72f7e5bd848e2bfb36070fe9a



IV - 10% (dez por cento) para o Ministério de Minas e Energia, a serem integralmente repassados ao Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, que destinará 2% (dois por cento) desta cota-parte à proteção mineral em regiões mineradoras, por intermédio do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama;

V – 8% (oito por cento) para constituição de um fundo especial, a ser distribuído entre todos os Municípios do Estado arrecadador.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

